



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

COMISSÃO DE APOIO AOS SERVIDORES PÚBLICOS

PARECER

PROJETO DE LEI Nº 291/23

AUTORIA: VEREADOR MAICON QUEIROZ

I – RELATÓRIO:

O Projeto de Lei nº 291/23 estabelece normas sobre atos e processos administrativos no âmbito do Município de Nova Friburgo, a fim de proteger os direitos dos administrados e o melhor cumprimento dos fins da Administração Pública.

A proposição é composta por setenta e oito artigos e justificativa. A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania encaminhou para esta presente Comissão da Casa Legislativa para exarar parecer, tendo em vista se tratar de matéria da sua competência.

II – VOTO:

O presente projeto de lei visa a regulamentação dos processos administrativos de grande relevância, porém matéria afeta tão somente a Administração Pública. Apesar da necessidade premente não é de competência parlamentar legislar sobre o tema por interferir na gestão pública tanto do Poder Executivo quanto do Poder Legislativo.

Esta Comissão sugere que o presente projeto seja convertido em Indicação Legislativa. Esta regulamentação é matéria de iniciativa exclusiva do Poder Executivo porque interfere no funcionamento e nas atribuições da Administração Pública.

Assim como em relação a Câmara Municipal a iniciativa deve ser da Mesa Diretora a quem compete regulamentar as funções administrativas internas desta Casa Legislativa. Neste caso, não cabe a um único parlamentar legislar sobre matéria de competência regimental exclusiva da Mesa Diretora.

Mesmo sendo louvável o mérito da proposição, há no nosso entender um vício de iniciativa que deve ser melhor analisado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos sobre normas e atos sobre processos administrativos devem ser elaborados inicialmente pelo Poder Executivo, sob pena de interferência do Poder Legislativo em atos de gestão da Administração Pública. A princípio, não cabe tal matéria ser proposta por iniciativa parlamentar, sob pena de violação do princípio da separação de Poderes.

Pelo exposto, esta Comissão de Apoio aos Servidores Públicos exara parecer contrário ao referido projeto de lei, sugerindo ao autor a conversão em Projeto de Indicação Legislativa com o indicativo de vício de iniciativa que deve ser melhor apreciado de maneira mais aprofundada quanto a sua constitucionalidade e legalidade pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2023.

ZEZINHO DO CAMINHÃO

Presidente da Comissão de Apoio aos Servidores Públicos

ANGELO GAGUINHO

Membro

CASCÃO DO POVO

Membro